

Orçamento não

EconomiaBrasília, terça-feira, 1 de setembro de 1992 **11**

prevê recurso para isonomia

O orçamento federal para 1993, enviado ontem pelo Executivo ao Congresso Nacional, não prevê recursos para o pagamento da isonomia dos servidores públicos nem para o pagamento aos aposentados da diferença dos 147 por cento que ficou acumulada antes da decisão final da Justiça. É um exemplo de que a ilusória quantia de Cr\$ 538,2 trilhões (a preços de abril passado), prevista para as receitas e despesas do setor público federal no próximo ano, esconde o risco de paralisação da máquina pública, como avalia o diretor do Departamento de orçamento da União (DOU), Paulo Fontenelle. "É absolutamente necessária a reforma fiscal, pois o Orçamento aponta para o colapso da administração federal, incluindo os órgãos do Legislativo e Judiciário, que não terão condições materiais para operar".

Em relação ao orçamento deste ano, a proposta para 1993 prevê um corte de 22 por cento nos gastos, exceto nos Ministérios da Saúde e Educação, que possuem receitas vinculadas. Se o Con-

gresso não aprovar medidas que aumentem a receita ou reduzam a despesa federal, o Governo teria que cortar outros gastos dos Ministérios para cobrir a isonomia e o estoque dos 147 por cento. Com isto, o corte de 22 por cento sobre os ministérios sem receita vinculada seria aumentado ainda mais, paralisando áreas como manutenção de estradas, investimento agrícola e fomento industrial.

O aperto no orçamento é tão grande que nem a menina dos olhos do Presidente da República, os Ciacs, escaparam dos cortes. Ao invés das 1.100 unidades previstas originalmente para 1993, o coordenador do programa, secretário Carlos Garcia, terá que se contentar com 400 unidades, que consumirão Cr\$ 1,362 trilhão, apenas dez por cento a mais que o Cr\$ 1,192 trilhão de 1992. E isto só será possível porque os terrenos dos prédios foram reduzidos de 15 mil para 5 mil metros quadrados, como forma de diminuir os gastos com terra-planagem.